



<b>Processo nº</b>	10670.001799/2008-88
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2301-010.100 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	07 de dezembro de 2022
<b>Recorrente</b>	DOMINGAS DA SILVA PAZ
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/12/2005

RECURSO DE OFÍCIO. SÚMULA CARF 103. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alcada vigente na data de sua apreciação em segunda instância. Considerando que o valor exonerado pela decisão de primeira instância foi interior ao atual limite de R\$ 2.500.000,00, estabelecido pela Portaria MF nº 63, de 9 de fevereiro de 2017, não há que se falar em conhecimento do recurso de ofício.

**CORREÇÃO DA INFRAÇÃO PELA CONTRIBUINTE. ART. 291, I, DO DECRETO N° 3.048/99. INTEMPESTIVIDADE.**

O dispositivo em epígrafe determina que a correção da falta por parte da contribuinte deve se dar antes do prazo final para a apresentação da impugnação administrativa, e não até o prazo final para a apresentação do recurso voluntário.

**APLICAÇÃO DA MULTA. ART. 284, I, DO DECRETO N° 3.048/99. NÚMERO DE SEGURADOS.**

Deve ser considerado o número total de segurados, e não somente aqueles para os quais não houve o recolhimento de contribuições previdenciárias.

**RELEVAÇÃO DA MULTA. ART. 291, § 1º.**

A relevação das multas se o infrator corrigir as faltas, for primário e não houver circunstância agravante.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalrio Timm do Valle - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Monica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, Mauricio Dalri Timm do Valle, Joao Mauricio Vital (Presidente). Ausente o conselheiro Alfredo Jorge Madeira Rosa.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 531-538) em que o recorrente sustenta, em síntese:

- a) Cabe o pedido de revisão do auto de infração com a finalidade de autuação da multa. Isso porque não há nos autos comprovação da data de notificação da contribuinte quanto a decisão recorrida e, por isso, não se verifica a fluência do prazo de impugnação - permitindo a aplicação do art. 291 do Decreto nº 3.048/99, ante as novas correções nas GFIP realizadas pela recorrente;
- b) A fiscalização incorreu em erro no cálculo da multa posterior à correção parcial da falta no que tange ao limite da multa em função do número de segurados, em desrespeito ao art. 284, I, do Regulamento da Previdência Social. A fiscalização utilizou para todas as competências o limite de dez vezes o valor mínimo, quando deveria ser de:
  - i. Duas vezes o valor mínimo nas competências de 01 a 05/2005. Houve uma cobrança a maior de R\$ 915,49.
  - ii. Uma vez o valor mínimo nas competências de 06 a 11/2005. Houve uma cobrança a maior de R\$ 3.225,47.
  - iii. Metade do valor mínimo, na competência de 12/2005. Houve uma cobrança a maior de R\$ 2.215,29.
- c) A vedação à relevação da multa pressupõe que o infrator cometera infração anterior seguida de relevação, o que caracterizaria a reincidência. Não foi isso que ocorreu no caso em tela, tendo em vista que a infração anterior da contribuinte foi objeto de parcelamento conforme a própria decisão recorrida, ou seja, não foi agraciada pela relevação da multa naquela oportunidade. Como não obteve o benefício anteriormente, mesmo tendo esse direito, entende a contribuinte que cabe a relevação da multa no caso em tela.

Ao final, formula pedidos nos termos da fl. 538.

O recurso veio acompanhado dos seguintes documentos: i) Procuração (fl. 539); ii) Protocolo de envio de arquivos e relativos às GFIP e GPS mencionadas pela recorrente (fls. 540-941).

A presente questão diz respeito ao Auto de Infração – AI/DEBCAD nº 35.940.691-2 (fls. 2-36) que constitui crédito tributário de penalidade em decorrência de obrigação acessória (art. 32, IV, §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.212/91), em face de Domingas da Silva Paz (CEI nº 41.450.05041/05), referente a fatos geradores ocorridos no período de 01/2005 a 12/2005. A autuação alcançou o montante de R\$ 122.070,35 (cento e vinte e dois mil e setenta reais e trinta e cinco centavos). A notificação do contribuinte aconteceu em 17/08/2006 (fl. 40).

Na descrição dos fatos que deram origem ao lançamento, menciona o Relatório Fiscal da Infração (fl. 3):

Em Auditoria fiscal realizada no Município de Riacho dos Machados - Prefeitura Municipal, CNPJ. 16.925.208/0001-51, observou-se que a Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social (GFIP) referentes as competências 01/2005 a 02/2006 foram apresentadas com dados não correspondentes a todos os fatos geradores das contribuições previdenciárias.

Foram omitidos nas GFIPs - Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social - pagamentos realizados a segurados empregado (inclusive os médicos, dentistas, enfermeiros, Prefeito, Vice Prefeito, etc e segurados contribuinte individual (Autônomos - categoria 13, Transportador Rodoviário autônomo - categoria 15 e Membros do Conselho Tutelar - categoria 13), pelos serviços prestados a Prefeitura Municipal.

Após análise da Legislação Municipal, em especial, a Lei Orgânica do Município e a Lei 348/2005, art. 24, concluímos que o ocupante do cargo de Prefeito Municipal é quem tem a competência funcional para decidir a prática ou não do ato que constitua infração à legislação da seguridade social.

Considerado dirigente, de acordo com o Artigo 283, § 1º, do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto 3.048, de 06/05/1999, é responsável pessoal pela multa aplicada, em conformidade com o disposto no Artigo 289 do regulamento mencionado. A relação de Segurados, Empregado e Contribuinte Individual, não declarados em GFIP, discriminados por competência, nome e remuneração segue anexa ao presente relatório.

A infratora foi autuada em 10/08/2001, por deixar de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da GFIP, no período de 01/99 a 12/00, segurados contratados e contribuinte individual, em 22/03/2002 entrou com recurso que transitou em julgado em 20/11/2002.

Considerando o exposto concluímos que a infratora é reincidente, uma vez que praticou nova infração a dispositivo da legislação dentro de cinco anos da data em que passou em julgamento administrativo a decisão condenatória ou homologatória da extinção do crédito referente à infração anterior.

Ressaltamos que a multa será atenuada, ainda que não contestada a infração, se a falta tiver sido totalmente corrigida até decisão da autoridade julgadora competente. Para efetuar a correção da falta a infratora deverá preparar e entregar, via conectividade social, GFIP retificadora, para todas as competências envolvidas, conforme orientações do Manual da GFIP/SEFIP, especialmente o subitem 10.2.2 - GFIP/SEFIP retificadora do capítulo IV e o capítulo V.

Constam do processo, ainda, os seguintes documentos: i) Relatório fiscal da multa aplicada (fl. 4); ii) Anexo AI - 68.xls (fls. 5-26); e iii) Mandado de procedimento fiscal e demais intimações (fl. 31-36).

O contribuinte apresentou impugnação em 28/08/2006 (fls. 39 e 40), pela qual requereu a atenuação ou relevação da multa, tendo em vista que cumpriu parcialmente as obrigações acessórias. Requereu, ainda, prazo de 30 dias para a apresentação documentação complementar.

Conforme despacho de fl. 41, foram apresentados os seguintes documentos: i) Guias da Previdência Social - GPS (fls. 42-71); e ii) Protocolo de envio de arquivos e relativos às GFIP mencionadas nos autos e na impugnação (fls. 72-512).

Com isso, foi determinada diligência interna para a análise da documentação apresentada pela contribuinte (fl. 523). Considerando a correção parcial da falta, o valor da multa foi retificado para R\$ 78.807,07 (fl. 514-521).

A Delegacia da Receita Previdenciária em Governador Valadares, por meio Decisão-notificação nº 11.424.4/503/2006, de 14 de dezembro de 2006 (fls. 523-526), deu parcial provimento à impugnação, mantendo a exigência fiscal com atenuação, conforme o entendimento resumido na seguinte ementa:

**LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GFIP OMISSÃO DE FATOS GERADORES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. REINCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. CORREÇÃO DA FALTA. ATENUAÇÃO**

1) Apresentar GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, constitui infração ao disposto no artigo 32, IV, parágrafo 5º, da Lei 8.212/91.

2) A correção da falta até a decisão da autoridade julgadora é circunstância atenuante da penalidade, reduzindo em cinquenta por cento do seu valor - Artigos 291, caput, e 292, inciso V, do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo DEC. 3.048/99.

**AUTUAÇÃO PROCEDENTE COM ATENUAÇÃO.**

O mesmo órgão julgador recorreu de ofício.

Sobreveio despacho de fl. 943, indicando que o recurso voluntário foi apresentado intempestivamente, seguido pelo despacho de fl. 945, que encaminhou os autos ao auditor para análise quanto à relevação da multa.

Por sua vez, o despacho de fl. 946 informa que:

Em resposta à solicitação de diligência às fls. 942, vimos por meio deste informar que se entende que está prejudicada a análise quanto à possível correção da falta motivadora do Auto de Infração. O contribuinte apresentou os documentos anexados às fls. 539/938 em 12/04/07, ou seja, após a homologação da DN - Decisão de Notificação, que se deu 23/01/2007, consoante fls. 526 dos autos. O Artigo 291, § 1º, do Decreto 3.048/99 - vigente à época da decisão - dispunha:

“Art. 291 - Constitui circunstância atenuante da penalidade aplicada ter o infrator corrigido a falta até a decisão da autoridade julgadora competente. § 1º A multa será relevada, mediante pedido dentro do prazo de defesa, ainda que não contestada a infração, se o infrator for primário, tiver corrigido a falta e não tiver ocorrido nenhuma circunstância agravante”.

Da inteligência dos dispositivos normativos, depreende-se que a decisão referida é a de primeira instância administrativa, bem como a expressão contestação mencionada na norma redação do artigo 291, com alteração feita pelo Decreto 6.032/07, diz respeito à impugnação dirigida à primeira instância julgadora. Observa-se, inclusive, que o § 3º do mencionado artigo determina que da decisão que atenuar ou relevar multa cabe recurso de ofício, de acordo com o disposto no art. 366. O Art. 366 do mencionado Decreto, que regulamenta o custeio da Previdência Social, por sua vez dispõe que o presidente de turma de julgamento da Delegacia da Receita Federal recorrerá de ofício sempre que a decisão, dentre outras, declara indevida contribuição ou outra importância apurada pela fiscalização. Não há qualquer menção a recurso de ofício de decisão do conselho, a qual seria cabível para apreciar e julgar sobre as correções feitas após a decisão da primeira instância administrativa.

Por todo exposto, encaminha-se o processo acima identificado à SARAC - EAC/2 para o que couber.

Posteriormente, a Primeira Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção de Julgamento do CARF, por meio da Resolução nº 2301-000.850, de 03 de junho de 2020, determinou a conversão do julgamento em diligência nos seguintes termos:

Do exposto, manifesto-me pela conversão do julgamento em diligência para que a unidade preparadora junte aos autos a comprovação da intimação do sujeito passivo acerca da decisão recorrida (cópia do AR, cópia de eventual edital, etc).

O Recorrente deverá ser cientificado do resultado da diligência, com abertura do prazo de 30 dias para se manifestar.

Do exposto, voto pela conversão do julgamento e diligência, na forma do breve relatório.

Com isso, foram juntados ao processo a captura de tela SICOB de fl. 951 e a informação fiscal de fls. 952 e 953, que menciona:

1 - Trata-se o presente do auto de infração de obrigação acessória de nº 35.940.691-2 (multa CFL 68), lavrado em 03/08/2006.

2 - O processo retornou do CARF, para cumprimento da Diligência Fiscal de fls. 948/949, onde se requer seja comprovada a ciência da intimação do Sujeito Passivo, acerca da decisão recorrida.

3 - Compulsando os autos, verifica-se que:

a) O documento enviado para a realização da ciência referida, foi o ofício nº 82/2007 (fl. 95), onde consta a Decisão Notificação (DN) nº 11.424.4/0503/2006 e a de nº 11.424.4/0505/2006, esta última relativa ao AI 35.940.694-7, lavrado na mesma ação fiscal:

[...]

b) Não consta no processo o AR- Aviso de Recebimento relativo ao ofício acima.

c) - Não localizado no sistema com prot número de processo relativo ao AI 35.940.694-7 onde poderia ser localizado tal AR. Este débito foi baixado por acórdão em 02/06/2009.

[...]

4 - Diante do exposto, encaminha-se à DRF/MCR/MG para que, em cumprimento à diligência determinada pelo CARF, se verifique a existência do Aviso de Recebimento

da Decisão de 1<sup>a</sup> instância, no processo relativo ao auto de infração n.º 35.940.694-7, cuja ciência se deu conjuntamente com a Decisão exarada no presente processo.

A Delegacia da Receita Federal em Montes Claros, por sua vez, emitiu o Despacho de fl. 954, afirmando que:

1 - Trata-se o presente do auto de infração de obrigação acessória de n.º 35.940.691-2 (multa CFL 68), lavrado em 03/08/2006.

2 - Conforme despacho fls 952 a 953, o CARF determina diligência com o objetivo de comprovação da ciência do contribuinte em relação à Decisão Notificação (DN) n.º 11.424.4/0505/2006.

3 - O processo referente ao AI n.º 35.940.691-2, obrigação acessória, não foi localizado na DRF/MCR, motivo pelo qual não é possível comprovar a ciência do Contribuinte via Aviso de Recebimento – AR.

4 - Considerando as alterações implementadas nas Delegacias da RFB, com a instituições das Equipes Especializadas.

5 - Considerando que a DRF/MCR não dispõe de servidores para as providências necessárias à científicação do contribuinte e consequentemente abertura de prazos regulamentares.

Retornamos o processo para que a DEVAT06/ECOA adote as medidas necessárias para cumprimento da diligência determinada ou movimente o processo para Equipe competente.

É o relatório do essencial.

## Voto

Conselheiro Maurício Dalrio Timm do Valle, Relator.

### *Conhecimento*

Tendo em vista os fatos relatados, tem-se que ainda não se deu a devida comprovação da data de notificação em relação à Decisão-notificação recorrida. Pelo despacho de fls. 952 e 953, relata a autoridade fiscal que o Aviso de Recebimento que poderia comprovar a referida notificação **poderia estar anexado ao processo referente ao AI n.º 35.940.694-7**, pois ambas as intimações teriam se dado no mesmo ato, e, por essa razão, remeteu os autos à Delegacia da Receita Federal em Montes Claros - a qual poderia diligenciar no sentido de **encontrar o AR no referido processo**.

Ocorre que a Delegacia da Receita Federal em Montes Claros, segundo despacho de fl. 954, buscou encontrar esse documento, sem sucesso.

Sendo assim, tenho por tempestiva a apresentação do recurso voluntário.

No que tange ao recurso de ofício, cumpre observar o que prescreve a Súmula CARF n.º 103: “*Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada*

vigente na data de sua apreciação em segunda instância”. Atualmente, o valor em questão é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nos termos da Portaria MF nº 63, de 9 de fevereiro de 2017.

Considerando que o valor exonerado pela decisão de primeira instância foi inferior a tal limite, deixo de conhecer do recurso de ofício.

## ***Mérito***

### **1. Da correção da infração por parte da recorrente**

Alega a recorrente que houve correção da infração dentro do prazo estipulado pelo art. 291 do Decreto nº 3.048/99 e, dessa forma, caberia nova atenuação da multa aplicada no caso concreto. O dispositivo em questão prescreve o seguinte:

Art. 291. Constitui circunstância atenuante da penalidade aplicada ter o infrator corrigido a falta até o termo final do prazo para impugnação.

Ocorre que, em que pese a dúvida com relação à data exata da intimação da recorrente sobre a decisão que julgou a sua impugnação administrativa, não assiste razão aos seus argumentos. Isso porque o prazo ao qual se refere o art. 291 não diz respeito à totalidade das possibilidades de questionamento administrativo do crédito tributário, mas sim tão somente do prazo para a apresentação da impugnação administrativa - o qual, evidentemente, já se encerrou no caso em tela.

Dessa forma, afasto o referido argumento.

### **2. Da aplicação da multa**

Entende a contribuinte que houve equívoco por parte do órgão julgador *a quo*, tendo em vista que para fins de cálculo da multa a ser aplicada deveria ter sido utilizado o número de segurados para os quais não houve recolhimento de contribuições previdenciárias em cada competência, quando a decisão recorrida utilizou a quantidade total de segurados em cada período.

Primeiramente, cabe lembrar que já foi revogada a Súmula CARF nº 119, que indicava a necessidade de se observar a retroatividade benéfica aos casos semelhantes ao presente após a edição da MP nº 449 e a Lei que a sucedeu. Assim, a multa deve ser calculada a partir da legislação vigente à época dos fatos.

Isso posto, veja-se o que dispõe o art. 284, *caput* e I, do Decreto nº 3.048/99:

Art. 284. A infração ao disposto no inciso IV do **caput** do art. 225 sujeitará o responsável às seguintes penalidades administrativas:

I - valor equivalente a um multiplicador sobre o valor mínimo previsto no **caput** do art. 283, em função do número de segurados, pela não apresentação da Guia de

Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, independentemente do recolhimento da contribuição, conforme quadro abaixo:

[Planilha referente à graduação das multas]

Note-se que a parte final do inciso I acima transcrito menciona que a graduação das multas será calculada “independentemente do recolhimento de contribuição”. Não há qualquer indicativo de que o cálculo deverá ser realizado considerando apenas o número de segurados para os quais não houve recolhimento de contribuições, como postula a recorrente.

Nesses termos, entendo correto o posicionamento da decisão recorrida, o qual utilizou o número total de segurados, e afasto os argumentos da recorrente.

### **3. Da relevação da multa**

Entende a recorrente que possui direito à relevação da multa. Isso porque o termo “primário”, constante do §1º do art. 291 do Decreto nº 3.048/99 significaria que, para ter direito ao benefício, a contribuinte não poderia ter incorrido em infração anterior e ter em razão desta já ter sido agraciada com a relevação.

Ocorre entretanto que, para a descaracterização da recorrente como primária, bastará que tenha incorrido em infração anterior. Esse fato foi reconhecido pela decisão recorrida e admitido pela recorrente, na medida em que afirmou ter sido alvo do Auto de Infração nº 35.260.270-8, o qual transitou em julgado em 11/2002 e, posteriormente, foi objeto de parcelamento.

Sendo assim, novamente, afasto os argumentos apresentados pela recorrente.

### ***Conclusão.***

Diante do exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Maurício Dalrio Timm do Valle